

Jornal O Tempo (MG) – 12/04/2013

Análise: Instituto Acende critica uso político das estatais, falta de investimentos e MP

Intervenção do governo pode falir o setor elétrico

Foram oito medidas usadas para mudar a legislação do segmento



Crítica: Claudio Sales lamenta presença do poder público no setor

O setor de energia brasileiro está caminhando para o caos, muitas empresas que atuam na atividade só não quebraram nos últimos dois a três meses por causa de medidas extraordinárias, "episódicas", do governo federal para tentar consertar os problemas, que passaram a se intensificar desde a Medida Provisória 579, mais conhecida com a MP do setor elétrico. É o que diz o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales. "Boa parte das distribuidoras do grupo Eletrobras, se fossem empresas privadas já estariam falidas", observa.

A Eletrobras, que é controlada pelo governo federal, está passando por reestruturação, fruto da renovação das concessões, que vai levar a uma redução de cerca de R\$ 8 bilhões por ano em suas receitas, quase um terço.

Para o dirigente do instituto, que é um centro de estudos voltado ao desenvolvimento de ações e projetos para aumentar o grau de transparência e sustentabilidade do setor elétrico brasileiro, a injeção de dinheiro público para custear a energia mais barata, que conta com recursos do tesouro, comprova os efeitos devastadores para as empresas do setor. "As estatais federais são alvo de uso político. Temos dados factuais, indicadores objetivos, que mostram que são as menos eficientes se comparadas as empresas privadas e estatais dos estados. E a causa principal é o uso político, o loteamento de cargos", diz.

Sales afirma que o uso de dinheiro dos cofres públicos nas companhias federais de eletricidade tem limites. "Isso não se sustenta a longo prazo. Quando não há racionalidade

econômica, energética, tributária, quando não estão presentes, o setor passa a ser dependente de consertos ou concessões específicas", diz.

Outro especialista no setor, Rafael Herzberg, também ressalta os aportes do governo na área. "É um setor cada vez mais dependente de recursos do tesouro", critica.

O presidente do Acende Brasil, que esteve ontem em Belo Horizonte, ressaltou também que, além de reduzir o caixa das empresas na casa dos 30%, a MP também trouxe "filhotes" na legislação do setor. Já foram mais de oito instrumentos usados para mudar a legislação do segmento. "A maioria sem discussão prévia com os agentes do setor", diz. Além da MP, os custos no setor aumentaram por causa das termelétricas que foram ligadas e ainda não têm prazo para serem desligadas.

Minientrevista



Claudio
Sales

Presidente
DO INSTITUTO ACENDE BRASIL

“O principal problema é derivado da MP, que foi abalar a confiança do setor”

Qual sua avaliação sobre a MP 579, mais conhecida com MP da energia?

Minha crítica começa no começo, na forma como foi promulgada essa MP. É importante entender que não foi ela que baixou a conta de luz. O efeito da queda da luz ser possível agora na renovação da concessões foi definido há 30 anos atrás, quando as concessões foram estabelecidas. De forma que os ativos que já estivessem amortizados no final do período da concessão não precisariam ser remunerados. Esse fenômeno que eu chamo de tempestade perfeita do bem, um volume grande das concessões, mais 20% da geração e mais de 70% da transmissão, estaria vencendo entre 2015 e 2017. A maior parte deste ativos já estariam amortizados, poderia antever uma redução vigorosa das tarifas. O que fez a MP foi tentar antecipar esses efeitos, mais de uma forma absolutamente sem transparência, cheia de

erros primários, que teve que ser corrigida pelo próprio governo, de maneira intempestiva e atabalhoada, numa sucessão de medidas provisórias e decretos.

Qual o problema do setor?

Na verdade, eu tenho uma lista de problemas. Só que o principal é derivado da MP, que foi abalar a confiança na estabilidade regulatória do país. Isso tem um custo gigantesco para a nação. Afinal, o setor elétrico é de capital intensivo, regulado por tarifas e externalidades de toda natureza.

Para este ano, haverá apagões, racionamento?

Racionamento é o corte forçado no consumo. Temos oferta de energia, influenciada pelo baixo crescimento que vem desde o ano passado. Os episódios de apagão não estão descartado, já que o setor está fragilizado. Os investidores estão com medo de investir.

Pior resultado

Eletrobras. Fortemente afetada pelo novo marco regulatório do setor elétrico, a Eletrobras registrou o pior resultado de sua história no ano passado e teve uma perda de R\$ 6,9 bilhões.